



CONSELHO DIRECTIVO

Assunto: Parecer da ANMCV sobre a Proposta de Cabo Verde ao Programa de Assistência / Millenium Challenge Account

Cabo Verde foi eleito como um dos dezasseis países beneficiários da iniciativa americana, Millenium Challenge Account/MCA, um acontecimento de elevada importância para o projecto de desenvolvimento do Arquipélago.

Esta nova iniciativa do Governo dos Estados Unidos levou a que a ANMCV, principal interlocutora dos Municípios de Cabo Verde, se juntasse ao Governo e aos demais parceiros, designadamente a Plataforma das ONG's, numa reflexão conjunta por forma a elaborarem projectos a serem financiados pelos fundos e que traduzissem as reais necessidades dos Municípios e das suas populações.

A Associação Nacional dos Municípios Caboverdeanos congratula com a proposta que vai ser apresentada ao Governo dos Estados Unidos, pois, o mesmo representa uma grande oportunidade para o Governo, os Municípios, o Sector Privado e a Sociedade Civil melhor posicionarem e dar corpo a toda uma estratégia de transformação do País e alcançar o patamar do desenvolvimento desejado por todos os Caboverdianos.

O Programa é, sem dúvidas, ambicioso e requer o envolvimento de todos os parceiros.

Nesta óptica, a ANMCV gostaria de tecer alguns comentários que consideramos cruciais para o seu bom sucesso esperando que a presente proposta ainda será objecto de possíveis adaptações e sejam levadas em consideração.

Com a aprovação da Constituição de 1992, Cabo Verde optou por uma organização política que se traduz num Estado de Direito democrático descentralizado que tem nos Municípios, o poder mais próximo das populações e, logo, dos seus problemas quotidianos.

A existência e autonomia das autarquias locais que, no ordenamento jurídico caboverdiano constitui um limite material de revisão constitucional, são instrumentos indispensáveis na promoção da boa governação e a persistente luta contra a pobreza e as adversidades da natureza.

É assim que, o processo de descentralização em curso no país, desde o início dos anos 90, conheceu momentos altos quando em 1996 foi aprovado o estatuto dos Municípios que conferiu ao Poder Local livre e democrático um leque grande e variado de atribuições, como nunca acontecera no país.

Se a estes aspectos aliarmos a configuração arquipelágica do território nacional, certamente, todos estarão de acordo o quanto importante será a montagem descentralizada do projecto MCA a nível de todos os Municípios que, como se sabe, pretende numa das suas linhas orientadoras implementar projectos sociais que contribuam para debelar a pobreza.

Salvo o devido respeito, entendemos que esta circunstancia particular não foi tida em devida conta.

1 - O documento raras vezes faz menção ao papel que os Municípios e a sua Associação representativa deverão desempenhar no processo, principalmente no que concerne ao componente “ Empoderamento Social e Redução da Pobreza. Os Municípios de Cabo Verde detêm largas competências nessa área e faz todo o sentido que se dê um tratamento especial a essa questão, sob pena de virmos a deparar com alguns constrangimentos na fase de implementação.

2 – A Associação teve uma participação activa na elaboração do documento, sobretudo no que diz respeito à Componente Social. Devido à transversalidade do programa, é opinião do Conselho Directivo que a Associação, em representação dos Municípios, igualmente, deveria ter assento e participar nos trabalhos do 2º componente “Competitividade Económica”.

3 - Quanto ao quadro institucional proposto, a ANMCV considera importante a inclusão da Associação Nacional dos Municípios no Comité de Pilotagem. Os Municípios, sendo um dos principais parceiros / beneficiários do programa, não poderão ficar à margem de um órgão tão importante à qual caberá a avaliação dos concursos, aprovar os instrumentos de gestão financeira, fazer a monitorização, enfim, assegurar o bom funcionamento do programa.

4. No tocante à implementação dos Projectos, a ANMCV pensa que ela deveria ser a mais descentralizada possível e liderada pelas Câmaras Municipais, no tocante aos projectos municipais.

5. Todavia, para a elaboração final do documento, a ANMCV espera poder vir a trabalhar com o Ponto Focal do programa, bem como com a Equipa Técnica do MCC.

Praia, 9 de Agosto de 2004